



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado da Fazenda

Balanço Geral 2011

Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão
Orçamentária, Financeira, Patrimonial e
Operacional, Produzido pelo Controle Interno



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

**RELATÓRIO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
EXERCÍCIO 2011**

1 APRESENTAÇÃO

A Controladoria Geral do Estado do Acre - CGE, em cumprimento às determinações legais, apresenta o Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, produzido pelo controle interno, na forma do item III, anexo I da Resolução - TCE nº 62, de 18 de julho de 2008, sobre as contas do governo do Estado do Acre referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Na produção deste relatório, procurou-se demonstrar as principais informações geradas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo governo do Acre em 2011, demonstrando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A realização da análise das contas foi desenvolvida durante todo o exercício, com a coleta de informações disponíveis nos Sistemas Corporativos Estadual, nos instrumentos de planejamento (leis e decretos) e, ainda, coletadas nos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

A equipe técnica da CGE também atuou ativamente na melhoria dos controles, prestando apoio nas correções das impropriedades detectadas, bem como participando de ações que permitiram solucionar distorções com relação aos registros contábeis e melhoria dos controles em diversos órgãos da administração.

2 INTRODUÇÃO

No exercício de sua competência, a CGE procedeu à análise e acompanhamento das contas governamentais processadas pela Secretaria da Fazenda, órgão responsável pela execução da contabilidade geral e pela administração financeira dos demais órgãos e unidades do Poder Executivo do Estado do Acre, na forma prevista no artigo 64 da Constituição Estadual.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos de controle interno aplicável ao serviço público estadual, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal e demais normativos complementares.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Outras demonstrações contábeis e acessórias julgadas relevantes foram inseridas nos documentos que formam a Prestação de Contas, apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Governo Estadual bem como, de atender maior número de usuários das informações governamentais.

A consolidação das demonstrações reflete a utilização dos recursos consignados no Orçamento Geral, pelo Poder Executivo, por meio das Secretarias de Estado ou Órgãos equivalentes, das entidades da Administração Indireta, representada pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, pelo Ministério Público e pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

3 DO RELATÓRIO

3.1 Orçamento Geral do Estado

3.1.1 Do Orçamento

O art. 150 da Constituição Estadual estabelece que os instrumentos disciplinadores da elaboração, execução e controle do Orçamento do Estado são: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, os quais foram autorizados pelos seguintes dispositivos legais, para o exercício de 2011:

3.1.1.1 Plano Plurianual (PPA), para o período de 2008/2011, nos termos da Lei Estadual nº 1.972, de 27 de dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado, de 31 de dezembro de 2007, constitui um compromisso assumido pelo governo para com a sociedade na direção de construir um futuro melhor para a população do Estado, estabelecendo políticas, estratégias, linhas de intervenção, diretrizes, programas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável e ao combate à pobreza e às desigualdades sociais.

3.1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Estadual nº 2.299, de 03 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado, de 09 de agosto de 2010, estabelece as metas e prioridades a serem alcançadas pelas ações governamentais e os critérios para a elaboração e a execução do Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício de 2011.

3.1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei Estadual nº 2.412, de 30 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado, de 30 de dezembro de 2010, apresenta a estimativa da receita e a fixação da despesa em plena compatibilidade com as ações estruturadas pelo PPA e com as diretrizes estabelecidas na LDO, compreendendo o Orçamento Fiscal, de Investimentos e da Seguridade Social, os quais contemplam os programas de governo para o exercício de 2011.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

3.1.2 Fixação da Despesa

O Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício financeiro de 2011, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$-3.803.640 mil, consolidando os três Poderes que compõem a Administração Estadual, conforme demonstrado nas Tabelas a seguir:

3.1.2.1 Por Tipo de Orçamento

Tabela 1 Em R\$-mil

DESPESA POR TIPO DE ORÇAMNETO				
ESPECIFICAÇÃO	DESPESA/RECEITA		DIFERENÇA	
	2010	2011	VALOR	AH %
Fiscal	2.795.454	2.931.618	136.164	4,87
Seguridade Social	803.884	872.008	68.124	8,47
Investimentos	14	14	0	0,00
Somas	3.599.352	3.803.640	204.288	5,68

Fonte: Lei 2412/2010-LOA

AH=Análise Horizontal → Variação no ano de 2011 em relação a 2010

Como pode ser verificado na Tabela 1, o orçamento fixado para o exercício de 2011 teve um acréscimo em relação a 2010, de R\$-204.288 mil, traduzido no percentual de 5,68%.

O Orçamento de Investimentos para as Empresas Públicas no montante de R\$-14 mil, relativo ao exercício financeiro de 2011, foi destinado na totalidade, para a Companhia de Habitação do Acre-COHAB.

3.1.2.2 Por Poderes Constitucionais

Tabela 2 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	POR FONTE			AV %
	TESOURO	OUTRAS FONTES	SOMA	
Poder Legislativo	125.279	0	125.279	3,29
Assembléia Legislativa - ALE	92.219	0	92.219	2,42
Tribunal de Contas - TCE	33.060	0	33.060	0,87
Poder Judiciário - TJE	139.198	0	139.198	3,66
Ministério Público - MPE	43.499	3.981	47.480	1,25
Poder Executivo	1.920.793	1.570.890	3.491.683	91,80
Total	2.228.769	1.574.871	3.803.640	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado – Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical → Participação no Total

A Tabela 2 demonstra a participação no orçamento, de cada Poder que compreende a Administração do Estado do Acre, cabendo ao poder executivos 91,80% e aos demais poderes 8,20%.

Os recursos da Fonte Tesouro representam 58,60% e de Outras Fontes corresponde a 41,40% do Orçamento Geral do Estado.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

3.1.2.3 Por Tipo de Administração

Tabela 3 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA POR NATUREZA				SOMA	AV%
	ADMINISTRAÇÃO					
	DIRETA	AV %	INDIRETA	AV %		
Despesa Corrente	1.630.970	77,54	1.215.979	71,52	2.846.949	74,85
Despesa de Capital	467.705	22,23	484.186	28,48	951.891	25,03
Reserva de Contingência	4.800	0,23	0	0,00	4.800	0,13
Total	2.103.475	100,00	1.700.165	100,00	3.803.640	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração, Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV=Análise Vertical → Participação no Total

A Tabela 3 apresenta de forma resumida o Orçamento Consolidado (todos os poderes), especificando a Despesa por Natureza entre as Administrações Direta e Indireta do Poder Público Estadual. Verifica-se que 55,30% do Orçamento Total foram destinados para a administração direta e o restante 44,70, para a administração indireta.

4 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

A LOA no seu Art. 10 autorizou o Poder Executivo, durante a execução orçamentária do exercício de 2011, a realizar operações de créditos por antecipação de receita, até o limite previsto na Constituição Estadual. Apesar da autorização legal, não foi contratada operações nesta modalidade.

Sob o amparo do Art. 9º da Lei Orçamentária Anual nº 2.412, de 2010, o Poder Executivo autorizou a abertura de créditos suplementares abaixo do limite de 30% das despesas fixadas, observando o disposto no art. 161 da Constituição Estadual e no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

O artigo 18 da Lei Estadual nº 2.412, de 2010, contém a autorização para o Poder Executivo reprogramar e remanejar programas, projetos e atividades, desde que não alterem o valor final do orçamento. Além disso, no art. 13º da referida Lei, ficou autorizado o bloqueio da execução orçamentária com a finalidade de ajustar os dispêndios aos efetivos comportamentos dos ingressos da receita.

A Tabela 4 demonstra a composição dos créditos adicionais amparados por fontes de recursos oriundas de anulações de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação e de *superávit* financeiro do exercício de 2010, os quais, não oneraram o limite autorizado pelo art. 9º da LOA.

Tabela 4 Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	CREDITO ADICIONAIS	
	MOVIMENTO	AV %
Orçamento Inicial	3.803.640	90,12
Créditos Adicionais	417.187	9,88
Suplementares	1.805.005	42,76
Especiais	0	0,00
Superávit Financeico	92.377	2,19
(-)Anulação de Dotações	-1.480.195	35,07
Orçamento Final	4.220.827	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV = % de participação no total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

As alterações orçamentárias em 2011 resultaram em acréscimo de 10,96% em relação ao total do orçamento previsto na LOA, elevando o valor orçado de R\$-3.803.640 mil para R\$-4.220.827 mil.

5 DA PREVISÃO DA RECEITA

De acordo com o artigo terceiro da Lei Orçamentária, as receitas estimadas apresentam-se desdobradas, conforme Tabela 5 a seguir:

Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA POR NATUREZA			AV%
	FONTE DE RECURSOS			
	TESOURO	OUTRAS FONTES	SOMA	
Corrente	2.228.765	917.663	3.146.428	82,72
Tributárias	739.833	700	740.533	19,47
Transferências	1.929.257	614.576	2.543.833	66,88
Outras Receitas Correntes	36.065	184.678	220.743	5,80
Deduções: FUNDEB	-476.390	-10	-476.400	-13
Intra Orçamentária	0	117.719	117.719	
Capital	4	657.208	657.212	17,28
Operações de Crédito	0	207.208	207.208	5,45
Transferências de Capital	0	450.000	450.000	11,83
Outras Receitas de Capital	4	0	4	0,00
Total	2.228.769	1.574.871	3.803.640	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical → Participação no Total

Assim como no orçamento da Despesa, as Receitas consignadas nos Orçamento Fiscal e Seguridade Social, 58,60% referem-se a Recursos do Tesouro Estadual e 41,40% a Recursos de Outras Fontes.

6 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Balanço Orçamentário

A Tabela 6 foi adequada ao padrão proposto pela Portaria STN nº 4 de 30 de junho de 2011 apresentando o Balanço Orçamentário do Estado do Acre no exercício de 2011 de forma resumida, especificando as receita por categoria econômica e origem, a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita atualizada e o saldo a realizar. Demonstra também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 6

Em R\$-mil

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO		REALIZADA (B)	SALDO C=(B-A)	AH% (B/A)*100
	INICIAL	ATUAL (A)			
RECEITAS CORRENTES	3.146.428	3.458.809	3.412.810	-45.999	98,67
Receita Tributária	740.533	771.044	743.492	-27.552	96,43
Transferências Correntes	2.543.832	2.751.637	2.738.608	-13.029	99,53
Outras Receitas Correntes	220.744	276.108	289.096	12.988	104,70
Receita Intra Orçamentária	117.719	136.420	148.511	12.091	108,86
(-)Deduções da Receita Corrente	476.400	476.400	506.897	30.497	106,40
RECEITA DE CAPITAL	657.212	669.641	458.717	-210.924	68,50
Operações de Crédito	207.208	207.208	175.046	-32.162	84,48
Transferências de Capital	450.000	462.429	282.401	-180.028	61,07
Outras receitas de Capital	4	4	1.270	1.266	0,00
SUB-TOTAL DA RECEITA (I)	3.803.640	4.128.450	3.871.527	-256.923	93,78
DÉFICIT (II)	0	0	0	0	0,00
TOTAL (III)=I+II	3.803.640	4.128.450	3.871.527	-256.923	93,78
SALDOS DE EXERC.ANTERIORES (SUPERÁVIT FINANCEIRO)		92.377	87.310		

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO		EMPENHAD A (F)	LIQUIDADADA (G)	PAGA (H)	SALDO DA DOTAÇÃO I=(E-F)	AH% (F/E)*100
	INICIAL (D)	ATUAL (E)					
DESPESAS CORRENTES	2.846.949	3.210.102	3.046.923	3.028.218	3.021.282	163.179	94,92
Pessoal e Encargos Sociais	1.474.762	1.490.472	1.481.689	1.480.968	1.478.993	8.783	99,41
Juros e Encargos da Dívida	113.106	109.500	108.507	108.506	108.506	993	99,09
Outras Despesas Correntes	1.141.361	1.456.513	1.308.216	1.290.233	1.285.272	148.297	89,82
Despesa Intra Orçamentária	117.720	153.617	148.511	148.511	148.511	5.106	96,68
DESESAS DE CAPITAL	951.891	1.010.164	745.769	729.122	722.162	264.395	73,83
Investimentos	793.069	839.649	575.643	558.997	552.037	264.006	68,56
Amortização da Dívida	158.822	157.865	157.499	157.499	157.499	366	99,77
Outras Despesas de Capital	0	12.650	12.627	12.626	12.626	23	99,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.800	561	0	0	0	561	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (IV)	3.803.640	4.220.827	3.792.692	3.757.340	3.743.444	428.135	89,86
SUPERAVIT (V)			78.835				
TOTAL (VI)=(IV)+(V)	3.803.640	4.220.827	3.871.527	3.757.340	3.743.444	428.135	89,86

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

(-) Deduções – FUNDEB e Investimentos RPPS

AH=Análise Horizontal I→ Realização em relação ao Orçamento Atualizado

O equilíbrio orçamentário fica demonstrado na coluna Previsão Inicial da Receita e Dotação Inicial da Despesa, pelo valor equivalente de R\$-3.803.640 mil.

A Realização da Receita foi inferior à Previsão Atualizada em 6,22%, apresentando uma insuficiência de arrecadação de R\$-256.923 mil e a Execução da Despesa ficou abaixo da Dotação Atualizada em R\$-428.135 mil, correspondendo a economia orçamentária de 10,14%, não utilizada para a execução das despesas.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Do total das Despesas Empenhadas, foram pagos dentro exercício financeiro, a importância de R\$-3.743.444 mil, ficando o restante R\$-49.248 mil, representando um percentual de 1,30%, para serem pagos no exercício seguinte, registrados na rubrica de Restos a Pagar. (Processados R\$-13.896 e Não Processados R\$-35.352).

O detalhamento dos valores correspondentes ao item “Deduções da Receita Corrente”, mencionado nas tabelas anteriores, está sinteticamente demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7

Em R\$-mil

DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE						
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO		EXECUÇÃO	A EXECUTAR	% EXECUTADO	AV%
	INICIAL	ATUAL				
ICMS-Formação do FUNDEB	92.288	92.288	87.786	-4.502	95,12	17,32
IPVA-Formação do FUNDEB	3.276	3.276	3.490	214	106,53	0,69
ITCD-Formação do FUNDEB	87	87	287	200	329,89	0,06
FPE-Formação do FUNDEB	380.650	380.650	411.120	30.470	108,00	81,11
IPF-Formação do FUNDEB	89	89	108	19	121,35	0,02
ICMS-Desoneração Formação do FUNDEB	0	0	266	266	0,00	0,05
RPPS-Investimentos	10	10	3.840	3.830	0,00	0,76
Total	476.400	476.400	506.897	30.497	106,40	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV=Análise Vertical → Participação % no total das deduções executadas

6.2 Receita e Despesa por Fonte

A tabela 8 apresenta as receitas e as despesas realizadas, comparadas com os respectivos valores orçados por fonte de recursos, com o objetivo de verificar a correlação dos gastos com a respectiva receita.

Tabela 8

Em R\$-mil

RECEITA E DESPESA POR FONTE						
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇA	
	PREVISÃO ATUAL	EXECUÇÃO(A)	PREVISÃO ATUAL	EXECUÇÃO(B)	A-B	AV%
Tesouro	2.452.344	2.453.565	2.503.824	2.461.216	-7.651	-9,71
Convênios	644.480	386.507	645.187	366.627	19.880	25,22
FUNDEB	378.066	386.884	380.538	371.934	14.950	18,96
Saúde	139.673	152.649	154.315	151.345	1.304	1,65
Operações de Crédito	207.208	175.282	225.319	153.552	21.730	27,56
Previdenciário	258.144	271.659	260.223	247.645	24.014	30,46
Outros Recursos	48.535	44.981	51.421	40.373	4.608	5,85
Total	4.128.450	3.871.527	4.220.827	3.792.692	78.835	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV=Análise Vertical↔Participação no Total de (A-B)

A diferença apresentada entre a realização da receita e da despesa, no valor de R\$-78.835 mil, representa um superávit de 2,03%. O valor de R\$-92.377 mil relativo à superioridade na previsão da Despesa e em relação à previsão da Receita, refere-se a suplementação orçamentária com recursos oriundos de saldo financeiro do exercício anterior.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

6.3 Despesas por Programas

A Tabela 9 demonstra os 30 maiores programas de governo, classificados em ordem decrescente em relação aos recursos envolvidos, representando 91,06 % do orçamento total executado.

Tabela 9

Em R\$-mil

DESPESAS POR PROGRAMAS DE TRABALHO EXERCÍCIO DE 2011						
Código	Título	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Execução (b)	Execução % b/a	%AV
1001	Implantação e Consolidação de Parques Industriais	59.153	37.043	28.088	75,83	0,74
1004	Preserv. Conserv. do Ativo Ambiental-Implemen. c/ZEE	42.382	50.199	10.602	21,12	0,28
1009	Ações Transversais-Qual.Profis.e Sist. De Defesa Animal...	32.480	34.225	10.132	29,60	0,27
1010	Integrado de Saneamento Ambiental	89.843	67.662	27.709	40,95	0,73
1011	Habitação de Inter. Social	64.929	74.331	60.644	81,59	1,60
1012	Investimentos de Obras Públicas	30.651	61.400	48.450	78,91	1,28
1013	Infraestrutura e Logística de Transporte	222.380	347.640	313.271	90,11	8,26
1017	Fomento à Cultura	29.501	2.200	176	8,00	0,00
1022	Moderniz. e Fortalec.das Medidas Sócios Educativas	23.604	22.011	2.948	13,39	0,08
1023	Educação com Qualidade para Todos	23.521	42.275	22.290	52,73	0,59
1035	Moderniz.e Fortalec.do Sist.Penitenc. e Ressoc.dos Presos	24.012	21.940	10.148	46,25	0,27
2001	Execução da Ação Legislativa	92.219	91.730	91.492	99,74	2,41
2002	Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa	33.059	34.093	33.059	96,97	0,87
2004	Defesa da Ordem Jurídica do Estado	47.481	63.559	60.052	94,48	1,58
2007	Execução da Ação Judiciária	139.198	155.529	147.069	94,56	3,88
2009	Administração Governamental	495.007	477.597	454.116	95,08	11,97
2014	Prev.Social a Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas	239.939	239.318	234.838	98,13	6,19
2017	Gestão do Sistema Educacional	364.728	438.723	427.023	97,33	11,26
2019	Acesso, Manut.e Qualificação do Ensino Fundamental	27.059	29.258	28.015	95,75	0,74
2037	Sistema Único de Segurança Pública	211.696	237.528	233.129	98,15	6,15
2107	Assistencia Técnica e Extensão Rural	27.079	48.355	28.909	59,78	0,76
2117	Constr.Duplicação,Ampliação e Pavimentação de Rodovias	161.026	127.789	126.309	98,84	3,33
2128	Controle,Fiscal.e Segurança de Rodovias e Vias Públicas	23.602	27.867	23.024	82,62	0,61
2141	Atendimento Ambulatorial,Emergencial e Hospitalar	227.163	237.519	237.476	99,98	6,26
2155	Modernizar a Gestão da Saúde	212.427	282.800	260.135	91,99	6,86
2158	Gestão da Dívida Pública do Estado	273.540	267.948	266.475	99,45	7,03
2159	Administração Aduaneira e Tributária	173.959	169.540	168.033	99,11	4,43
2162	Gestão das Polit.de Execução Financ.Contáb.e Cont.Interno	85.560	83.041	81.941	98,68	2,16
2184	Conservação e Manutenção de Rodovias	40.105	23.119	17.949	77,64	0,47
9999	Demais Programas (>20.000)	286.337	424.588	339.190	79,89	8,94
TOTAL		3.803.640	4.220.827	3.792.692	89,86	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

AV= Análise Vertical↔Participação no Total da Execução

Na análise dos dados da Tabela 9, extrai-se que mais de 70% dos programas listados, atingiram percentuais de execução, acima de 70% da parcela do orçamento fixado para cada um.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Pode-se verificar, na análise do Demonstrativo das Despesas por Programas de Trabalho que, aproximadamente 80,00% da execução da despesa está assim distribuída: Educação (13,31%); Administração (12,30%); Obras, Infraestrutura e Transporte (18,37%); Saúde (14,75%); Segurança Pública (7,60%); Serviço da Dívida (7,03%) e Previdência (6,19%).

6.4 Transferências a Municípios

A Tabela a seguir apresenta os valores transferidos aos municípios do Estado, no decorrer do exercício, identificando os recursos por categoria econômica e por órgão de origem.

Em R\$-mil

ÓRGÃOS	ICMS	IPVA	IPI	CIDE	OUTRAS	SOMA	*AV%
31400000-Pessoal (I)					50	50	0,03
Secretaria de Administração					50	50	0,03
33400000-Outras Despesas Correntes (II)	146.309	17.449	107	4.168	15.471	183.504	93,02
Polícia Militar					1.468	1.468	0,74
Secretaria da Fazenda	146.309	17.449	107	4.168	0	168.033	85,18
Secretaria de Educação					9.942	9.942	5,04
Secretaria de Segurança					108	108	0,05
Secretaria de Saúde					3.183	3.183	1,61
Secretaria de Obras					250	250	0,13
Secretaria de Habitação					423	423	0,21
Secretaria de Negócios					97	97	0,05
44400000-Capital (III)					13.722	13.722	6,96
Secretaria de Planejamento					325	325	0,16
Secretaria de Educação					8.189	8.189	4,15
Secretaria de Saúde					309	309	0,16
Secretaria de Infra-Estrutura e Obras					3.995	3.995	2,03
Secretaria de Habitação					904	904	0,46
Total (I + II + III)	146.309	17.449	107	4.168	29.243	197.276	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical↔Participação % no Total

Do total das transferências, o valor de R\$-2.682 mil, ficou registrado em Restos a Pagar para o exercício subsequente.

Na verificação da tabela acima, identifica-se que, do total das transferências a municípios 93,04% referem-se a transferências correntes e 6,96% a transferências de capital. Observa-se também, que 85,18% representam as transferências obrigatórias e o restante corresponde às transferências voluntárias.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

6.5 Evolução da Execução Orçamentária

A tabela 11 visualiza o comportamento das receitas e despesas realizadas, nos últimos cinco anos, apresentados em valores nominais, apurados nos Balanços Anuais do Estado.

Tabela 11

R\$-mil

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA - 2006 A 2010						
Especificação	2007	2008	2009	2010	2011	AH%
Receita (I)	2.276.725	2.972.490	3.642.904	3.852.679	3.723.016	63,53
Correntes	2.124.092	2.522.688	2.807.740	3.052.986	3.264.299	53,68
Capital	152.633	449.802	835.164	799.693	458.717	200,54
Despesa (II)	2.203.359	2.742.183	3.519.086	3.939.989	3.644.181	65,39
Corrente	1.780.399	2.079.274	2.412.212	2.739.928	2.898.412	62,80
Capital	422.960	662.909	1.106.874	1.200.061	745.769	76,32
Resultado (I-II)	73.366	230.307	123.818	-87.310	78.835	7,45

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AH=Análise Horizontal↔Variação de 2007 a 2011

Nota: Receita e Despesa Líquidas das Contas Intraorçamentárias

Com exceção do exercício de 2010, o resultado da execução orçamentária apresentou resultados orçamentários positivos.

Conforme evidenciado na tabela 11, em relação ao exercício de 2007, as receitas cresceram em valores nominais, saindo de R\$ 2.276.725 mil para R\$ 3.723.016 mil em 2011, atingindo a variação percentual de 63,53%. Já, as despesas no mesmo período, saíram de R\$ 2.203.359 mil para R\$ 3.644.181 mil, representado pelo percentual de 65,39%.

Ao compararmos a receita arrecadada com a despesa executada do exercício de 2011, verifica-se o um *superávit* de R\$-78.835 mil.

7 ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro, apresentado na forma do Anexo 13 da Lei Federal 4.320, de 1964 e adequado ao padrão proposto pela Portaria STN nº 664 de 30 de novembro de 2010, evidencia a movimentação das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, os saldos de disponibilidades financeiras do exercício anterior e que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra-orçamentários e dos dispêndios orçamentários e extra-orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um *superávit*; caso contrário, ocorrerá um *déficit*. Este resultado não deve ser entendido como *superávit* ou *déficit* financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 12

Em R\$-mil

BALANÇO FINANCEIRO							
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2011	2010	AV%	ESPECIFICAÇÃO	2011	2010	AV%
Receita Orçamentária(I)	3.871.527	3.852.679	74,42	Despesa Orçamentária(VI)	3.792.692	3.939.988	72,91
Ordinária	3.005.444	2.729.227	57,77	Ordinária	2.501.589	2.291.132	48,09
Vinculada	1.372.980	1.550.757	26,39	Vinculada	1.291.103	1.648.856	24,82
Previdencia Social	271.658	244.976	5,22	Previdência Social	247.645	201.753	4,76
Convênios	386.507	377.640	7,43	Convênios	366.627	489.443	7,05
Operações de Crédito	175.282	465.276	3,37	Operações de Créditos	153.552	518.154	2,95
Educação	386.884	348.307	7,44	Educação	371.934	329.227	7,15
Saúde	152.649	114.558	2,93	Saúde	151.345	110.279	2,91
(-)Deduções da Receita	506.897	427.305	9,74				
Transferências Recebidas(II)	713.638	746.366	13,72	Transferências Concedidas(VII)	713.638	746.366	13,72
Recebimentos Extra-Orçamento(III)	66.548	54.712	1,28	Pagamentos Extra-Orçamento(VIII)	51.862	47.580	1,00
Sdo.Financeiro-Exerc.Anterior(IV)	550.501	630.678	10,58	Sdo.Fianceiro-Exerc.Atual(IX)	644.022	550.501	12,38
Total (V)=(I+II+III+IV)	5.202.214	5.284.435	100,00	Total (X)=(VI+VII)+VIII+IX)	5.202.214	5.284.435	100,00

Fonte; Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.
AV=Análise Vertical↔Participação % no Total do Exercício

7.1 Ingressos

As Receitas Orçamentárias, representando 74,42% dos ingressos, foram objeto de análise no Balanço Orçamentário, onde foi comentado o desempenho das receitas previstas e das realizadas.

Os recebimentos Extra-Orçamentarios, que respondem por 1,28% dos ingressos, compreendem os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimento no exercício corrente, as obrigações deste exercício a serem pagas no exercício seguinte e os demais ajustes financeiros.

O Saldo Financeiro do Exercício Anterior é representado pelos recursos da movimentação financeira do exercício anterior ao encerrado. Corresponde a 10,58% dos ingressos do exercício de 2011.

A diferença de 13,72% refere-se aos repasses de recursos não vinculados destinados aos órgãos da administração indireta.

7.2 Dispêndios

As despesas orçamentárias correspondendo a 72,90% dos dispêndios, da mesma forma que as receitas orçamentárias, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos, quando da análise da execução do orçamento do exercício.

As despesas extra-orçamentárias respondem por 1,00% dos dispêndios, compreendendo os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente e demais ajustes financeiros.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

O Saldo Financeiro para Exercício Seguinte é representado pelos recursos financeiros disponíveis para imediata aplicação no exercício subsequente ao de realização e que, em 2011, atingiu percentual 12,38% dos dispêndios.

8 ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em uma situação estática, as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial positivo ou negativo da instituição pública, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13

Em R\$-mil

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO						
ATIVO	2011	2010	*AH%	PASSIVO	2011	2010
FINANCEIRO	651.271	555.516	117,24	FINANCEIRO	53.131	47.424
Disponível	644.021	550.500	116,99	Exigível	53.131	47.424
Bancos-Conta Movimento	354.396	290.633	121,94	Restos a Pagar	49.991	45.251
Bancos-Contas Vinculadas	289.625	259.867	111,45	Outros Exigíveis	3.140	2.173
Realizável a Curto Prazo	7.250	5.016	144,54	PERMANENTE	8.042.664	1.775.897
Outros Valores Realizáveis	7.250	5.016	144,54			
PERMANENTE	1.945.566	1.660.364	117,18	Dívida Funada Interna	1.691.212	1.637.665
Imobilizado	1.571.505	1.406.033	111,77	Dívida Funada Externa	219.398	138.232
Imóveis	1.089.808	960.529	113,46	Dívida Previdenciária	6.129.188	0
Móveis	498.641	460.307	108,33	Outras Dívidas	2.866	0
Outros	42	0	0,00			
(-)Depreciação	16.986	14.803	114,75			
Créditos e Valores	374.061	254.331	147,08			
Dívida Ativa	341.404	229.036	149,06			
Almoxarifado	27.993	23.384	119,71			
Diversos	4.664	1.911	244,06			
ATIVO REAL	2.596.837	2.215.880	117,19	PASSIVO REAL	8.095.795	1.823.321
				SALDO PATRIMONIAL	-5.498.958	392.559
ATIVO	2.596.837	2.215.880	117,19	PASSIVO	2.596.837	2.215.880
COMPENSADO	6.566.812	890.710	737,26	COMPENSADO	6.566.812	890.710
TOTAL DO ATIVO	9.163.649	3.106.590	294,97	TOTAL DO PASSIVO	9.163.649	3.106.590

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AH=Análise Horizontal ⇔ Variação percentual do exercício de 2011 em relação a 2010

Com base nos dados inseridos no demonstrativo acima, apresentamos alguns comentários sobre a composição e variações ocorridas no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2011.

8.1.1 Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro registra os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de recolhimentos de terceiros a título de Depósitos, Cauções, Garantias e outros. Compreende os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem movimentados.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

8.1.1.1 Disponível

Tabela 14

Em R\$-mil

DISPONIBILIDADES - EXERCÍCIO DE 2011				
ÓRGÃOS/UNIDADES	Tesouro	Vinculado	Soma	*AV%
PODER EXECUTIVO-ADMINISTRAÇÃO DIRETA	77.894	166.861	244.755	38,00
510-Procuradoria Geral	512	0	512	0,08
713-Secretaria de Planejamento	137	447	584	0,09
714-Secretaria de Gestão Administrativa	2.298	114	2.412	0,37
715-Secretaria da Fazenda	51.656	72.854	124.510	19,33
717-Secretaria de Educação	7.446	28.818	36.264	5,63
719-Secretaria de Segurança	61	10.348	10.409	1,62
720-Secretaria de Meio Ambiente	134	135	269	0,04
722-Secretaria de Assistência Social	99	21.962	22.061	3,43
730-Secretaria de Floresta	64	313	377	0,06
732-Secretaria de Agropecuária	7	5.352	5.359	0,83
751-Secretaria de Esporte e Turismo	409	1.010	1.419	0,22
752-Secretaria de Ciência e Tecnologia	290	1.440	1.730	0,27
753-Secretaria Agro-Florestal e Produção Familiar	210	4.660	4.870	0,76
754-Secretaria de Infra-Estrutura e Obras	0	5.289	5.289	0,82
755-Secretaria de Justiça	2	868	870	0,14
756-Secretaria de Habitação de Interesse Social	169	11.513	11.682	1,81
758-Secretaria de Polícia Civil	443	758	1.201	0,19
759-Secretaria de Pequenos Negócios	540	0	540	0,08
000-Outras órgãos da Adm. Direta	61	5	66	0,01
DEMAIS PODERES	13.356	975	14.331	2,23
PODER EXECUTIVO-ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	276.502	122.765	399.267	62,00
201-Departamento de Estradas e Rodagens	2.276	25.543	27.819	4,32
203-Departamento de Águas e Saneamento	701	17.716	18.417	2,86
204-Departamento de Trânsito	5.038	1.090	6.128	0,95
205-Junta Comercial	114	0	114	0,02
206-Instituto de Terras	0	8.270	8.270	1,28
207-Instituto de Defesa Agropecuário	12	2.013	2.025	0,31
209-Instituto de Administração Penitenciária	193	11.203	11.396	1,77
211-Instituto de Previdência	4.132	0	4.132	0,64
212-Instituto Dom Moacir Grechi	550	5.394	5.944	0,92
213-Instituto Sócio-Educativo	0	491	491	0,08
214-Instituto de Pesos e Medidas	0	164	164	0,03
301-Fundação de Tecnologia	268	4.809	5.077	0,79
302-Fundação Hospitalar	0	1.209	1.209	0,19
303-Fundação de Cultura Elias mansour	287	3.338	3.625	0,56
305-Fundação Escola do Servidor	124	0	124	0,02
501-Cia. De Habitação do Acre	496	0	496	0,08
601-Fundo de Desenvolvimento da Educação	18.843	0	18.843	2,93
606-Fundo do Direito da Criança e do Adolescente	0	106	106	0,02
607-Fundo Estadual de Saúde	1.035	40.248	41.283	6,41
608-Fundo de Assistência Social	0	1.133	1.133	0,18
615-Fundo de Desenvolvimento Sustentável	1.378		1.378	0,21
619-Fundo de Habitação	3.442		3.442	0,53
621-Fundo Especial de Estudos Jurídicos	1.612		1.612	0,25
622-Fundo de Floresta	2.488	14	2.502	0,39
625-Fundo de Previdência Social	231.864		231.864	36,00
627-Fundo Estadual de Microcrédito	1.174		1.174	0,18
628-Fundo Estadual de Cultura	176	0	176	0,03
999-Outros Órgãos da Adm Indireta	299	24	323	0,05
Total	354.396	289.626	644.022	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado.

AV=Análise Vertical↔Participação no Total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Tabela 14 apresenta o detalhamento dos saldos da conta Bancos, totalizando R\$-644.022 mil, com a participação de 55,03% de Recursos do Tesouro e 44,97% de recursos vinculados.

O Disponível se compõe dos valores pertencentes ao Estado, em moeda nacional e estrangeira, em poder dos Bancos e representa 98,88% do Ativo Financeiro. Os 1,12% restantes do Ativo Financeiro referem-se aos Créditos a Receber.

O total das disponibilidades está distribuído por Órgãos da Administração Direta e Unidades da Administração Indireta, englobando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, comparando a participação percentual de cada órgão da administração direta e de cada unidade da administração indireta.

Os saldos apresentados nas linhas “Outros Órgãos da Administração Direta” “Demais Poderes” e “Outros Órgãos da Administração Indireta”, da Tabela 14 estão demonstrados a seguir:

Em R\$-mil

DISPONIBILIDADES - EXERCÍCIO DE 2011				
ÓRGÃOS/UNIDADES	TESOURO	VINCULADOS	SOMA	AV%
OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	61	5	66	0,45
446-Casa Civil	2	0	2	0,01
523-Defensoria Pública	6	1	7	0,05
608-Polícia Militar	29	0	29	0,20
609-Corpo de Bombeiros	0	4	4	0,03
760-Secretaria de Política Para as Mulheres	24	0	24	0,16
DEMAIS PODERES	13.356	975	14.331	97,35
Assembléia Legislativa	238	0	238	1,62
Trbunal de Contas	3.807	0	3.807	25,86
Tribunal de Justiça	8.013	7	8.020	54,48
Ministério Público	1.298	968	2.266	15,39
OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	299	25	324	2,20
202-Instituto de Meio Ambiente	0	23	23	0,16
401-Cia. De Armazens Gerais	34	2	36	0,24
402-Empresa de Extensão Geral	90	0	90	0,61
403-Cia de Desenvolvimento Industrial	1	0	1	0,01
404-Cia de Colonização do Acre	4	0	4	0,03
502-Cia de Sanemaento do Acre	1	0	1	0,01
504-Cia de Laticínios do Acre	31	0	31	0,21
510-Banco do Estado do Acre	24	0	24	0,16
605-Fundo do Meio Ambiente	56	0	56	0,38
611-Fundo de Aval	53	0	53	0,36
630-Fundo de Estudos Juridicos	5	0	5	0,03
Total	13.716	1.005	14.721	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado.

AV=Análise Vertical↔Participação no Total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

8.1.1.2 CONCILIAÇÃO DO DISPONÍVEL

A diferença de R\$-6.419 mil existente entre o valor de R\$-644.021 representando o saldo de Bancos registrados no balanço e o valor registrado nos relatórios de “Contas Financeiras com Saldos” totalizando R\$-650.440 mil, está demonstrada na Tabela a seguir:

TABELA 15

Em R\$-mil

SALDO FINANCEIRO			SALDO DAS CONTAS CONTÁBEIS					
FONTE DE RECURSOS		SALDO FINANCEIRO	VALORES EM TRÂNSITO	FUNDO PREVIDÊNCIA	FUNDO IMOBILIÁRIO	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	SALDO CONTÁBIL	RESTOS A PAGAR
CÓDIGO	TÍTULO							
100	Próprios	70.286	117			2.041	72.444	19.567
200	Convênios	199.806					199.806	11.477
300	FUNDEB	18.843					18.843	1.160
400	SUS	25.832					25.832	8.420
500	Op. Crédito	73.243					73.243	8.913
700	Indiretas	17.857					17.857	416
800	Previdência	244.573		-6.793	-1.784		235.996	38
SOMAS		650.440	117	-6.793	-1.784	2.041	644.021	49.991

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado.

Analisando a Tabela 15, verifica-se que os Restos a Pagar estão supridos pelas suas respectivas Fontes de Recursos.

8.1.2 Ativo Permanente

O Ativo Permanente refere-se a operações com Bens e Valores que não interferem na movimentação financeira. No caso, o saldo deste grupo está representado em quase a sua totalidade, pelos Bens Móveis e Imóveis de propriedade do Estado.

Outros informes sobre os bens do Ativo Imobilizado estão explicitados no relatório anexo a esta Prestação de Contas, produzido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Comparado com o exercício anterior, o Ativo Permanente em 2011 apresentou um incremento de 17,18%.

8.1.3 Ativo Real

O Ativo Real corresponde ao somatório dos valores do Ativo Financeiro e Ativo Permanente, evidenciando os direitos patrimoniais ocorridos na Administração Pública movimentados durante o exercício. Em 2011, o Ativo Real foi aumentado no percentual de 17,20 % em relação ao ano anterior.

8.2 Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa e os compromissos exigíveis em curto prazo, decorrentes de operações que devem ser pagas independentes de autorização orçamentária. Estão inclusas neste grupo de conta, os Depósitos (Consignações, Depósitos de Terceiros) e Obrigações em Circulação (Restos a Pagar e Valores em Trânsito Exigíveis), correspondendo a R\$-53,131 mil, o que representa 0,66 % do Passivo Real.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Tabela 15 demonstra a composição da conta “Restos a Pagar”, totalizando a quantia de R\$-49.991 mil, a qual, em conjunto com as demais rubricas do Passivo Financeiro, apresentam-se cobertos pelas disponibilidades registradas no Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Tabela 15

Em R\$-mil

RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2010				
ORGÃOS/ENTIDADES	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.462	18.799	27.261	54,53
446-Gabinete Civil	0	2	2	0,00
510-Procuradoria Geral	4	508	512	1,02
608-Polícia Militar	0	29	29	0,06
523-Defensoria Pública	6	0	6	0,01
713-Secretaria de Planejamento	8	0	8	0,02
714-Secretaria de Gestão Administrativa	2.405	526	2.931	5,86
715-Secretaria da Fazenda	542	1.692	2.234	4,47
717-Secretaria de Educação	2.391	7.813	10.204	20,41
719-Secretaria de Segurança	0	65	65	0,13
720-Secretaria de Meio Ambiente	0	1.042	1.042	2,08
730-Secretaria de Floresta	81	0	81	0,16
732-Secretaria de Agropecuária	592	0	592	1,18
751-Secretaria de Esporte e Turismo		538	538	1,08
752-Secretaria de Ciência e Tecnologia	220	0	220	0,44
753-Secretaria Agro-Florestal e Produção Familiar	64	0	64	0,13
755-Secretaria de Justiça	2	106	108	0,22
756-Secretaria de Habitação de Interesse Social	1.724	715	2.439	4,88
758-Secretaria de Polícia Civil	100	343	443	0,89
759-Secretaria de Pequenos Negócios	1	539	540	1,08
760-Secretaria de Políticas para as Mulheres	24	0	24	0,05
000-DEMAIS PODERES	298	4.881	5.179	10,36
PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.011	16.719	22.730	45,47
201-Departamento de Estradas e Rodagens	124	3.248	3.372	6,75
203-Departamento de Águas e Saneamento	2.649	893	3.542	7,09
204-Departamento de Trânsito	2	0	2	0,00
205-Junta Comercial do Acre	67	0	67	0,13
206-Instituto de Terras	8	573	581	1,16
207-Instituto de Defesa Agropecuário e Florestal	0	24	24	0,05
209-Departamento de Administração Penitenciária	1	39	40	0,08
211-Instituto de Previdência	35	3	38	0,08
212-Instituto Dom Moacir Grechi	291	0	291	0,58
214-Instituto de Pesos e Medidas	25	0	25	0,05
301-Fundação de Tecnologia	29	0	29	0,06
302-Fundação Hospitalar	76	1.961	2.037	4,07
303-Fundação de Cultura Elias Mansour	189	58	247	0,49
401-Cia. De Armazens Gerais	11	0	11	0,02
402-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	17	0	17	0,03
404-Cia. De Colonização do Acre	1	1	2	0,00
504-Cia. De Laticínios do Acre	29	0	29	0,06
601-Fundo de Desenvolvimento da Educação	0	1.160	1.160	2,32
607-Fundo Estadual de Saúde	2.390	8.628	11.018	22,04
621-Fundo Orçamentário Especial	3	5	8	0,02
622-Fundo Estadual de Florestas	14	0	14	0,03
628-Fundo Estadual de Fomento à Cultura	50	126	176	0,35
TOTAL	14.473	35.518	49.991	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AV=Análise Vertical↔Participação % no Total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

8.3 Passivo Permanente

O Passivo Permanente está representado pelas Operações de Crédito Internas e Externas e dos Precatórios Judiciais, contemplando as dívidas a serem resgatadas ao longo dos exercícios financeiros subsequentes. A Dívida Fundada é oriunda de obrigações assumidas por meio de Leis, Contratos e da realização de operações de crédito interna e externa. Apresentou no ano de 2011 um acréscimo nominal de 7,58 % em relação a 2010, Passando de R\$- 1.775.897 mil para R\$-1.910.610 mil.

O valor do Passivo Permanente, importando em R\$-8.042.664 mil, correspondendo a 99,34 % do Passivo Real, está assim composta:

Tabela 16

Em R\$-mil

CONTRATOS	SALDOS		VARIAÇÃO	
	2011(a)	2010(b)	(a-b)	*AH%
DÍVIDA EXTERNA				
94/0009-3 E 94/00010-7 - Banco do Brasil/Lei 8.727/93	158.885	192.139	-33.254	-17,31
015/98 - Stn/Lei 9.496/97	314.663	308.474	6.189	2,01
20/00113-8 - PEF-Banco do Brasil	118.310	135.415	-17.105	-12,63
118.357-90 - CEF/PENAFE	4.031	3.879	152	3,92
111.963-86 - CEF/Parque da Maternidade	14.370	15.474	-1.104	-7,13
111.936-41 e 163.179-74 - CEF/ETA Sobral	21.098	22.409	-1.311	-5,85
163.182-29 - CEF/ETE - Estação de Tratamento de Água e Esgoto	8.423	8.841	-418	-4,73
0241.362-64/08, 0248.994-59/08, 0248-995-64/08 e 0258.448-42/08, 0258.449.57/09, 0258-421-00/09 - PROMORADIA/CEF	39.425	27.962	11.463	40,99
02.2.089.7.1, 05.2.0433.1, 08.202.801/018, 08.200.421/013, 08.202.811/013, 08.202.821/019, 09.211.391 /011, 09.2.1493.1 e 11.211.731/019 - PIDS/BNDES	860.556	821.035	39.521	4,81
1.996.228-2, INSS/Parcelamento	18.345	33.747	-15.402	-45,64
2000001692 FGTS/Parcelamento	809	857	-48	-5,60
Lei 11.941/2009 e MP-303/06/Parcelamento	80.472	13.622	66.850	490,75
SOMA (I)	1.639.387	1.583.854	55.533	3,51
DÍVIDA EXTERNA				
1399/OC-BR - BID	90.888	85.740	5.148	6,00
7625 -BR/BIRD	128.509	52.492	76.017	144,82
SOMA (II)	219.397	138.232	81.165	58,72
PRECATÓRIOS				
Anteriores a 05/05/2000	21.401	29.606	-8.205	-27,71
Posteriores a 05/05/2000	30.423	24.205	6.218	25,69
SOMA (III)	51.824	53.811	-1.987	-3,69
OUTRAS DÍVIDAS				
RPPS-Provisões Matemáticas	6.129.189	0	0	0,00
Convênio Aquisição de água Depasa/Sanacre	2.867	0	0	0,00
SOMA (IV)	6.132.056	0	0	0,00
TOTAL (I+II+III+IV)	8.042.664	1.775.897	134.711	352,88

Fonte: Balanço Geral do Estado-Anexo XVI da Lei 4.320/64
AH=Análise Horizontal↔Variação de 2010 em relação a 2009



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

O crescimento de R\$-1.775.897 mil para R\$-8.042.664 mil, ocorrido no comparativo do Passivo Permanente entre o saldo acumulado do exercício de 2011 e o saldo final de 2012, teve a sua origem nos seguintes fatos:

R\$-6.129.189 mil – Apropriação patrimonial do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, fundamentada na Avaliação Atuarial efetuada por força de Legislação pertinente, regulamentada pela Portaria MPAS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

R\$- 2.867 mil – Apropriação patrimonial de obrigações assumidas entre o Departamento Estadual de Água e Saneamento-DEAS e Cia de Saneamento do Acre-SANACRE, através de Convênio celebrado em primeiro de janeiro de 2008.

O estoque da Dívida Pública Consolidada com instituições financeiras e o governo federal registrou, no exercício de 2011, o montante de R\$-1.910.610 mil. Desse valor 30,90%, cerca de R\$-548.839 mil correspondem aos refinanciamentos e parcelamentos de dívidas amparados pelas leis 8.727/93 e 9.496/97 e 69,10% aos demais contratos, inclusive os Precatórios Judiciais que montam em R\$ 53.811 mil.

Para o pagamento das parcelas e juros da dívida no exercício de 2011, foi fixada no orçamento, a importância de R\$-271.928 mil, a qual foi suplementada no decorrer do exercício para R\$ 267.364 mil e executado o valor de R\$ 266.005 mil, correspondendo a 99,49 % do orçamento atualizado.

8.4) Passivo Real

O Passivo Real corresponde ao somatório dos valores do Passivo Financeiro e Passivo Permanente, evidenciando as obrigações com terceiros de responsabilidade da Administração Pública no encerramento do exercício.

8.5 Saldo Patrimonial

O Saldo Patrimonial, ou seja, o Patrimônio Líquido é a diferença entre Ativo Real e Passivo Real, após a apuração do resultado do exercício. No exercício em análise, o Resultado Patrimonial apresentou um *déficit* de R\$-5.891.517 mil, revelando um saldo patrimonial negativo de R\$- 5.498.958 mil.

8.6 Ativo e Passivo Compensado

No Ativo e Passivo Compensado de valores iguais a R\$-6.566.812 mil, estão representados os Bens, Valores, Obrigações e outras situações que não tem reflexos imediatos no patrimônio do Ente Público, mas que poderão vir a afetá-lo no futuro.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

9 VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS

As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado entre variações ativas e passivas.

O quadro a seguir, demonstra as Variações Patrimoniais ocorridas no exercício de 2011.

Tabela 17

Em R\$-mil

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS							
ATIVAS				PASSIVAS			
Especificação	2011	2010	*AV%	Especificação	2011	2010	*AV%
Orçamentárias	5.055.427	5.206.272	98,44	Orçamentárias	4.754.414	5.174.511	97,83
Receita Orçamentária	3.871.527	3.852.679	72,84	Despesa Orçamentária	3.792.692	3.939.989	74,49
Interferências Ativas	713.638	746.367	14,11	Interferências Passivas	713.638	746.367	14,11
Mutações Ativas	470.262	607.226	11,48	Mutações Passivas	248.084	488.155	9,23
Extra-Orçamentária	157.194	82.770	1,56	Extra-Orçamentária	6.349.724	227.274	4,30
Variações Ativas	5.212.621	5.289.042	100,00	Variações Passivas	11.104.138	5.401.785	102,13
				Resultado Patrimonial	-5.891.517	-112.743	-2,13
Total Ativo	5.212.621	5.289.042	100,00	Total Passivo	5.212.621	5.289.042	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

AV=Análise Vertical↔Participação % no Total

9.1 Variações Ativas

As Variações Ativas representam as agregações de novos elementos ao Patrimônio Público que poderão ocorrer por meio de aumento de Valores Ativos, Reduções de Valores Passivos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária.

9.2 Variações Passivas

As Variações Passivas representam as diminuições dos elementos do Patrimônio Público que reduzem a Situação Patrimonial da Entidade, mediante o aumento de Valores Passivos, reduções de Valores Ativos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária.

9.3 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No exercício de 2011, foi apresentado um *déficit* de R\$-5.891.517 mil.

8 ÍNDICES DE RESULTADOS

A Contabilidade Pública subordina-se aos dispositivos das Constituição Federal e Estadual, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, das Leis que regulam os Orçamentos (PPA, LDO e LOA) e dos Regulamentos e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado, em especial, a Resolução nº 062, de 2008.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A seguir, apresentamos os valores e informações relevantes, extraídos dos Balanços, Demonstrativos Contábeis e Financeiros, elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda, evidenciando o orçamento, a receita e despesa realizada, o disponível, o patrimônio financeiro e permanente, a dívida fundada e os limites legais impostos pela legislação constitucional e fiscal, fazendo um comparativo com o último exercício.

8.1 Análises de Indicadores

Os indicadores a seguir foram extraídos dos Demonstrativos dos Balanços Gerais do Estado, apresenta a seguinte configuração:

8.1.1 Indicadores Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais

8.1.1.1 Balanço Orçamentário e Financeiro e Patrimonial

8.1.1.1.1 Orçamentário

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Quadro 1		Em R\$-mil
Especificação	2011	a/b
Receita Realizada (a)	3.871.527	0,94
Previsão da Receita Atualizada (b)	4.128.450	

Fonte: Tabela 6

O indicador acima demonstra que houve insuficiência de arrecadação, espelhando que, para cada R\$-1,00 de expectativa de arrecadação, foram arrecadados R\$-0,94.

QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

Quadro 2		Em R\$-mil
Especificação	2011	a/b
Receita Realizada (a)	3.871.527	1,02
Previsão Inicial da Receita (b)	3.803.640	

Fonte: Tabela 6

O quociente apurado no Quadro 2, apresenta um excesso de arrecadação de R\$-0,02 para cada R\$-1,00 previsto inicialmente no orçamento do exercício.

QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Quadro 3		Em R\$-mil
Especificação	2011	a/b
Créditos Adicionais p/Superavit Financeiro(a)	92.377	0,18
Total do Superavit Financeiro (b)	503.076	

Fonte: Tabela 6 e 13

O indicador apurado no Quadro 4, demonstra que os Créditos Adicionais abertos com a utilização de Saldo Financeiro do Exercício Anterior representaram R\$-0,18 de cada real do total transferido.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Quadro 4 Em R\$-mil

Especificação	2011	a/b
Despesa Executada (a)	3.792.692	0,90
Dotação Atualizada (b)	4.220.827	

Fonte: Tabela 6

A despesa executada no exercício ficou abaixo da despesa autorizada, atingindo R\$-0,90 de cada R\$-1,00 orçado, apresentando uma economia orçamentária de 10%.

QUOCIENTE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Quadro 5 Em R\$-mil

Especificação	2010	a/b
Receita Realizada (a)	3.871.527	1,02
Despesa Empenhada (b)	3.792.692	

Fonte: Tabela 6

Constata-se na apuração deste indicador, a demonstração de que, para cada real aplicado, foram arrecadados R\$-1,02.

QUOCIENTE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE

Quadro 6 Em R\$-mil

Especificação	2011	a/b
Receita Corrente Realizada (a)	3.412.810	1,12
Despesa Corrente Empenhada (b)	3.046.934	

Fonte: Tabela 6

Verifica-se no quadro acima, que a receita corrente arrecadada, além da cobertura da despesa correspondente, apresenta um sobra de 12% de Receita Corrente à disposição de possíveis incrementos na Despesa de Capital.

QUOCIENTE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL

Quadro 7 Em R\$-mil

Especificação	2011	a/b
Receita de Capital Realizada (a)	458.717	0,62
Despesa de Capital Empenhada (a)	745.769	

Fonte: Tabela 6

Na análise do quadro acima, observa-se que a arrecadação da Receita de Capital foi insuficiente para a execução da Despesa correspondente, gerando um resultado deficitário de capital da ordem de 38%, o qual foi equacionado com o excesso de arrecadação da Receita Corrente.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 8 Em R\$-mil

Especificação	2011	a/b
Receita Realizada	3.871.527	1,03
Despesa Paga	3.743.444	

Fonte: Tabela 6

A relação verificada no indicador acima, demonstra que a receita realizada foi superior em R\$-0,03 a cada real pago da despesa do exercício.

QUOCIENTE DE RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

Quadro 9 Em R\$-mil

Especificação	2011	a/b
Disponível para o Exercício Seguinte (a)	590.090	1,17
Disponível do Exercício Anterior (b)	503.076	

Fonte: Tabela 13

O fato do saldo que passa para o exercício seguinte ser maior do que o saldo do exercício anterior demonstra que os recebimentos do exercício foram superiores aos pagamentos do exercício, gerando, portanto, um "superávit financeiro". Dessa forma, observando um acréscimo nas disponibilidades de 17%, em relação ao exercício anterior.

8.1.1.1.2 Financeiro e Patrimonial

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Quadro 10 Em R\$ mil

Especificação	2011	a/b
Ativo Financeiro (a)	651.271	12,26
Passivo Financeiro (b)	53.131	

Fonte: Tabela 13

A relação "Ativo Financeiro/Passivo Financeiro" mostra que, para cada R\$-1,00 de dívida de curto prazo, o Estado apresentava R\$-12,26 para quitá-las. Demonstrando, que a suficiência para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo, é considerável.

ÍNDICE DA SITUAÇÃO DO PERMANENTE

Quadro 11 Em R\$ mil

Especificação	2011	a/b
Ativo Permanente (a)	1.945.566	0,24
Passivo Permanente (b)	8.042.664	

Fonte: Tabela 13

Esse índice deve demonstrar o nível de endividamento do órgão por meio da relação entre a soma dos bens, créditos e valores, ou seja, bens e direitos de longo prazo e a soma das obrigações de longo prazo. A análise do índice demonstra que para cada real de passivo permanente, o ativo permanente cobriria R\$-0,24.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ÍNDICE DE RESULTADO PATRIMONIAL

Quadro 12 Em R\$ mil

Especificação	2011	a/b
Ativo Real (a)	2.596.837	0,32
Passivo Real (b)	8.095.795	

Fonte: Tabela 13

O índice apurado pela relação entre a Soma do Ativo Real e a Soma do Passivo Real, no exercício em análise, mostra que para cada R\$-1,00 de Passivo Real (financeiro e permanente), o Estado dispõe de R\$-0,32 de Ativo Real, caracterizando uma situação de *déficit* patrimonial.

8.1.2 Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e orçamentária, estabelece normas para elaboração e publicação bimestral, quadrimestral e anual de diversos relatórios resumidos com o objetivo de permitir que a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária e fiscal dos poderes executivo, legislativo e judiciário da diversas esferas de governo.

Para a avaliação da Execução Orçamentária e da Gestão Fiscal, consideramos as informações contidas nos relatórios publicados pelo Poder Executivo do Estado do Acre, relativas ao período de janeiro a dezembro de 2011, por meio dos indicadores da receita corrente líquida, resultado primário, resultado nominal, dívida consolidada, operações de crédito e gastos com educação, saúde e pessoal, conforme apresentado a seguir:

I) Receita Corrente Líquida

Quadro 1 Em R\$-mil

RCL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
Receitas Correntes	Deduções	RCL
3.767.356	791.528	2.975.828

Fonte: Anexo III do RREO/LRF

A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas as seguintes deduções:

- Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema previdência e assistência social;
- Transferências ao FUNDEB;
- Compensações financeiras entre regimes de previdência;
- Parcelas distribuídas aos municípios, por determinação constitucional.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Este conceito é utilizado para apuração dos limites da despesa total de pessoal, da dívida pública, das operações de crédito e das garantias e contra garantias.

O valor da Receita Corrente Líquida, no exercício de 2011, monta em R\$-2.975.828 mil, evidenciando um acréscimo de 12,34 % em relação ao exercício anterior.

II) Resultado Primário

Quadro 2 Em R\$-mil

RESULTADO PRIMÁRIO				
Receita Primária	Despesa Primária	Resultado Primário	Sdo. Exerc. Anterior	Meta Fixada
3.620.696	3.526.687	94.009	92.377	-169.965

Fonte: Anexo VI do RREO/LRF

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias, com a função de fornecer uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução, medindo como as ações correntes do setor público afetam a trajetória do seu endividamento.

O resultado primário, quando traduzido em *superávit*, é direcionado para o pagamento de serviço da dívida, contribuindo para a redução do estoque da dívida líquida. Por outro lado, *déficit* primário, indica um aumento da dívida, em decorrência do financiamento de gastos não-financeiros que excedem as receitas financeiras.

No exercício em análise, o resultado primário apresentou um *superávit* primário de R\$-94.009 mil, portanto, enquadrado ao valor fixado como meta para o exercício encerrado.

III) Resultado Nominal

Quadro 3 Em R\$-mil

Dívida Fiscal Líquida		Resultado	Meta Fixada
2010	2011		
1.374.796	1.399.247	-24.451	-90.965

Fonte: Anexo VII do RREO/LRF

A apuração do resultado nominal mede a evolução da dívida consolidada líquida. A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida fiscal líquida, compreendendo o total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em decorrência de leis, contratos, convênios ou outra forma de pactuação de operações de crédito.

No exercício de 2011, ocorreu um crescimento da dívida consolidada líquida em relação ao exercício de 2009, passando de R\$-1.374.880 mil para R\$-1.399.247 mil, traduzindo-se no acréscimo 1,78%.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

IV) Gasto com Educação

Quadro 4 Em R\$-mil

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE				
Rec. Líq. de Impostos	Despesas c/Ações do MDE	Adições	Desp.p/Fins de Limite	%Aplicado
2.639.976	584.500	114.897	699.397	26,50

Fonte: Anexo X do RREO/LRF

Na análise da Tabela 4, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondeu a 26.50 % da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais. Portanto, sendo cumpridos os dispositivos das Constituições Federal e Estadual.

V) Gasto com Saúde

Quadro 5 Em R\$-mil

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
Receita líquida de impostos	Despesas com Saúde	Restos a Pagar	Despesas para Fins de Limite	%Aplicado
2.639.976	428.810	0	428.810	16,24

Fonte: Anexo XVI do RREO/LRF

Os gastos com saúde atingiram, em 2011, o percentual de 16,24% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais, sendo superior ao limite recomendado pela legislação, que é de 12%.

VI) Receita de Operações de Crédito

Quadro 6 Em R\$-mil

APURAÇÃO DA REGRA DE OURO		
Receitas de Operações de Crédito	Despesa de Capital	Resultado
175.047	745.769	-570.722

Fonte: Anexo XI do RREO/LRF

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital apresenta as receitas de operações de crédito comparadas com a despesa de capital líquida, com a finalidade de demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro.

No exercício em análise, o Estado apresentou o enquadramento na referida regra, considerando que as despesas de capital foram superiores às receitas de capital em R\$-570.722 mil.

VII) Gasto com Pessoal

Quadro 7 Em R\$- mil

DESPEZA COM PESSOAL						
Rcl	Despesa com Pessoal	%Rcl	Limite Prudencial	%Rcl	Limite Máximo	%Rcl
2.975.828	1.319.623	44,34	1.385.248	46,55	1.458.156	49,00

Fonte: Anexo I RGF/LRF

No exercício de 2011, o Poder Executivo do Estado do Acre comprometeu 44,34% da RCL com a despesa líquida de pessoal, percentual inferior ao limite legal definido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, que é de 49,00%.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

VIII) Dívida Consolidada

Quadro 8 Em R\$-mil

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
Rcl	Dívida Líquida	%Rcl	Limite	%Rcl
2.975.828	1.498.875	50,36	5.951.656	200,00

Fonte: Anexo II - RGF/LRF

A dívida consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF.

A dívida consolidada líquida do Estado, no exercício de 2011, apresenta-se enquadrada nos dispositivos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

IX) Operações de Crédito

Quadro 9 Em R\$-Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Rcl	Operações de Crédito	%Rcl	Limite	%Rcl
2.975.828	175.046	5,88	476.132	16,00

Fonte: Anexo IV RGF/LRF

O Demonstrativo das Operações de Crédito visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelo ente da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável e a verificar os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Resoluções do Senado Federal.

No exercício em análise, o valor das Receitas de Operações de Crédito, apresenta-se superior ao limite estipulado pelo art. 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, que é de 16%.

X) Disponibilidade de Caixa

Quadro 10 Em R\$-mil

DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida
Vinculados	262.337	4.043	258.294
Não Vinculados	143.646	11.490	132.156
RPPS	235.996	37	235.959
Somas	641.979	15.570	626.409

Fonte: Anexo V RGF/LRF

As informações contidas no Quadro 10 demonstra que o estado possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

9) CONCLUSÃO

Em nossos exames, constatamos que não há fatos relevantes que configurem descumprimento, pelo Governador do Estado do Acre, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e dos Normativos do Tribunal de Contas do Estado, especialmente da Resolução nº 062, de 2008.

Da análise efetuada, sobre as peças que compõem a Prestação de Contas do Governo do Estado do Acre, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, constata-se que estas traduzem a situação patrimonial e financeira do Estado, e que a execução orçamentária e os resultados decorrentes dessa execução, representam adequadamente e com fidedignidade o que foi autorizado pelo Poder Legislativo na Lei Estadual nº 2.412, de 2010, (LOA), estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Rio Branco, 30 de março de 2012.

Edson Américo Manchini
Controlador Geral do Estado

Apoio Técnico:

Cícero Antônio Ferreira Dias
Coordenador do DECAP I

Francisco das Chagas Sobrinho
Coordenador do DECOM

Kleyber Souza Guimarães
Coordenador do DECIN

Raimundo Carlos Mota Monteiro
Coordenador do DECAP III

Leandro André Knorst
Coordenador do DECAP I